

1 - A violência

Marcelo Fadori Soares Palhares
Gisele Maria Schwartz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PALHARES, MFS., and SCHWARTZ, GM. A violência. In: *Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 11-26. ISBN 978-85-7983-742-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

A VIOLÊNCIA

Sobre a violência: considerações e esclarecimentos

Primeiramente, é necessário destacar a grande amplitude do fenômeno da violência. Ele se faz presente (ainda que em diferentes níveis) entre os ricos e entre os pobres, nas grandes e pequenas cidades, em casa, na escola, no trabalho, no lazer, nos programas televisivos, no trânsito e em tantos outros locais, situações e contextos. Mas é sobretudo nos grandes centros urbanos que as atividades relacionadas a lazer acabam sofrendo as graves consequências desse fenômeno. Atividades como visitar parques, museus, shopping center, casa de amigos e familiares e tantas outras não raro estão sujeitas a restrições de espaço e tempo em decorrência disso.

Comportando extensa agenda social e política, a violência constitui uma importante problemática no campo desportivo. Tal questão acentua-se particularmente no futebol, modalidade esportiva de grande impacto social e midiático frequentemente associada a episódios de violência envolvendo atletas e/ou torcedores. No caso específico de confrontos entre torcedores de futebol, cabe mencionar a chamada “Batalha do Pacaembu”, entre torcedores do São Paulo Futebol Clube e da Sociedade Esportiva Palmeiras em 1995, no estádio paulistano do Pacaembu. Ocorrido há mais de

vinte anos, esse episódio de violência entre torcedores, que resultou em 101 feridos e na morte do torcedor Márcio Gasparin da Silva, de 16 anos, teve grande repercussão midiática e contribuiu para ampliar a discussão e a produção acadêmica sobre o assunto.

Trabalhar com o tema da violência exige necessariamente o conhecimento dos tipos de avaliação moral dos indivíduos envolvidos nesse fenômeno,¹ além de cuidados teórico-metodológicos. Flores (1995), ao refletir sobre o estudo acadêmico relacionado à violência, menciona a existência de alguns perigos quando se trabalha com o tema, dentre os quais destaca dois: o caráter consensual da palavra “violência” e seu processo de coisificação. O primeiro perigo – o caráter consensual – é representado pela falsa obviedade e unanimidade quando se discute violência. Consensualmente, existiria um conceito tácito de violência que dispensaria a necessidade de defini-la, afinal todos sabem do que se trata. Todavia, embora tão conhecida, é muito difícil de ser verbalizada, expressa, conceituada.

Já a coisificação da violência é a associação de determinado comportamento à palavra “violência”. Sendo assim, une-se a palavra “violência” à coisa “violência” como se fosse um corpo único. O processo de coisificação prossegue até a escolha de uma única definição, que passa a ser vista não mais como uma definição entre outras possíveis, mas como a única. A violência seria isso e somente isso. Por esse raciocínio, ela teria uma única forma de expressão, e, conseqüentemente, seria possível criar uma falácia: a desconsideração da existência de outras possíveis formas de expressão de violência.

Além desses perigos mencionados por Flores (1995), deve-se acrescentar mais um elemento importante a ser levado em conta no

1. É fundamental compreender tais avaliações, porque, como elucida Riches (1988), o conceito de violência é, de certa forma, relativo. Como será visto adiante, o fenômeno da violência implica sempre uma avaliação, um julgamento. Logo, o que pode ser considerado violência para determinado sujeito ou grupo pode não sê-lo para outro.

estudo da violência, que pode passar despercebido ou mesmo permanecer escamoteado nas análises: a disputa por sua definição legítima.

Há uma disputa social, uma luta simbólica, para impor uma definição, um sentido ou significado legítimo de violência. Essa disputa ocorre em um espaço assimétrico de posições, em que alguns grupos têm, sistematicamente, mais chances de fazer valer sua própria definição de violência (Bourdieu, 2010), coisificando-a. Tal imposição visa atender aos interesses do próprio grupo social que a promoveu.²

No cenário do futebol, essa coisificação ocorreria pela associação da palavra “violência” a determinada ação (brigar, lutar, envolver-se em confronto físico), gerando um conceito restrito de violência, que deixa de considerar outras graves formas de violência, tais como: tratamento dado ao torcedor nos estádios, horário impróprio de partidas, alto preço de ingressos, corrupção, má gestão e desorganização do futebol, manifestações de racismo, preconceito etc.

A disputa pelos sentidos e significados legítimos (válidos, corretos) de violência contempla uma tríade: vítima(s), executor(es) e testemunha(s). Consequentemente, essa disputa também estabelece sentidos e significados ilegítimos (inválidos, incorretos) da utilização de violência, sobretudo a violência física. Em um confronto violento, a vítima, o executor e a(s) testemunha(s) podem divergir quanto ao julgamento social acerca da situação. Ou seja, eles podem concordar ou discordar acerca da validade e legitimidade da utilização de violência naquela determinada situação. Um exemplo ilustrativo e recente é o debate ocorrido durante o primeiro semestre de 2014 sobre a legitimidade do uso de violência física contra assaltantes.³

2. Conforme será visto mais adiante, na visão galtungiana, é possível afirmar a existência de violência estrutural na própria luta pela definição do conceito de violência.

3. Esse debate foi motivado pelos constantes delitos na cidade do Rio de Janeiro, que levaram a população a “fazer justiça com as próprias mãos”, passando a utilizar a violência física contra assaltantes: um suspeito foi amarrado a um

Assim, importa considerar que há uma avaliação, um julgamento social sobre a violência. Em outras palavras, cada um dos integrantes da tríade (vítima, executor e testemunha) deve validá-la ou rechaçá-la. Esse elemento é decisivo nos confrontos entre torcidas organizadas, já que a vítima (torcida organizada 1) e o executor (torcida organizada 2) costumam destoar da(s) testemunha(s) quanto ao julgamento do ocorrido. Observe-se que as torcidas organizadas não concebem a violência física como algo estritamente ilegítimo, inválido, negativo ou incorreto. Por vezes, ela é tida como válida ou até mesmo desejada. Já as testemunhas tendem a ver esses enfrentamentos como algo incorreto, sem razão de ser, sem sentido. (Tal questão será retomada no Capítulo 2.)

Considerando os perigos relacionados ao estudo da violência, este livro buscou lançar um olhar ampliado sobre o fenômeno, tendo como referencial teórico o quadro sobre violência e paz estabelecido por Johan Galtung, explicitado a seguir. De início são apresentados os conceitos de paz e violência, para posteriormente abordarmos sua tipologia.

Violência e paz: o quadro teórico de Johan Galtung

Johan Galtung, sociólogo norueguês, é reconhecido mundialmente por sua produção acadêmica sobre violência e paz, bem como pela criação do campo denominado “Peace Studies” (“estudos para a paz”). Essa vertente tem como objetivo contribuir para a diminuição dos três tipos de violência, estabelecidos pelo autor: direta, estrutural e cultural (Galtung, 1985; Vorobej, 2008).

poste, outros foram espancados, humilhados ou até mesmo executados. Nessas situações havia divergência (principalmente, entre as testemunhas) sobre a validade dessas reações, que chegavam, inclusive, a interferir no trabalho da Polícia Militar. Tais eventos ficaram conhecidos como “a onda dos justiceiros”.

O conceito de paz

Inicialmente, é preciso ressaltar que, no quadro teórico galtungiano, os conceitos de paz e violência são claramente opostos. A ausência de violência constitui a paz.⁴ A partir desse conceito, Galtung constrói uma tipologia da paz, dividindo-a em paz negativa e paz positiva.

A paz negativa consiste na ausência de violência direta, porém com a manutenção de um cenário de violência estrutural. A denominação “negativa” evidencia que a erradicação da violência direta não é uma condição estritamente positiva. Já a paz positiva corresponde à ausência das violências direta e estrutural, em um cenário de distribuição igualitária de poder e recursos, sendo, portanto, uma condição positiva.

Uma potencialidade dessa conceituação de paz é permitir pensar não apenas na diminuição e/ou controle do abuso da violência, mas também em um desenvolvimento vertical de sujeitos, grupos e sociedades. Além disso, como se verá adiante, o pensamento galtungiano rejeita a ideia de violência como ausência de conflitos, uma vez que essa visão não considera as importantes conexões entre os tipos de violência nem seus efeitos sobre a saúde de uma sociedade (Galtung, 1969, 1985, 1990, 1994).

O conceito de violência

Quanto ao conceito de violência, Galtung (1969, p.168) vê esse fenômeno como “a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é”. Com base nessa definição, o autor reconhece a existência de condições objetivas que impedem

4. A definição de paz aqui utilizada é a primeira elaborada pelo autor. Com o avançar dos estudos, Galtung (1996) passa a empregar outro conceito de paz, que pode ser expresso como estado de coisas que torna possível a transformação não violenta e criativa do conflito.

ou impediram alguém de alcançar seu máximo potencial, já que a violência está na origem da diferença entre a situação, a condição real e a condição potencial.

Da mesma forma, tudo aquilo que impede a diminuição da distância entre real e potencial também pode ser considerado violência. Assim, para o autor, a violência pode consistir em

[...] insultos evitáveis para as necessidades humanas básicas e mais amplamente para a vida, fazendo que o nível real desça abaixo de níveis de satisfação do potencial possível. Ameaças de violência também são violência. (Galtung, 1990, p.292)

Segundo Galtung, a violência também ocorre quando o real é evitável ou poderia ter sido evitado de alguma forma. Já quando tal situação é inevitável, isto é, quando todas as ações e esforços humanos são incapazes de impedir a ocorrência de um fato, então não há violência. Tal raciocínio se mantém ainda que a situação real de uma pessoa esteja em um nível muito abaixo de seu nível potencial.

O autor ilustra a questão com o caso da tuberculose no século XVIII. Nessa época, a morte de uma pessoa por tuberculose não seria considerada violência, pois a cura dessa doença não era conhecida. Logo, a morte por tuberculose era algo inevitável. Entretanto, se alguém morre de tuberculose nos dias de hoje, quando sua cura é mundialmente reconhecida, então a violência se constitui, já que a morte por tuberculose é evitável. Outro caso é a morte decorrente de terremotos, situação ainda hoje inevitável. Porém, se no futuro ela for evitável e alguém morrer por causa de terremoto, então a violência aí estará presente.

Tipologia da violência

Galtung considera a existência de três tipos de violência – direta, estrutural e cultural – explanados a seguir.

Violência direta

A violência direta possui a relação sujeito-ação-objeto, sendo um fenômeno observável e fácil de ser expresso por meio da linguagem. Para exemplificar o que seria a violência direta, basta pensar em um assalto ou em uma briga. Tanto o assalto quanto a briga têm todas as características da violência direta, ou seja, são situações concretas, observáveis, visíveis, que comportam a relação sujeito-ação-objeto e podem ser facilmente expressas pela linguagem.

A relação geralmente envolve ao menos dois participantes: o emissor e a vítima da violência. O sujeito (emissor) realiza determinada ação que recai sobre outra pessoa, que é o objeto da violência, o ser prejudicado ou ferido (vítima). O dano ou ferimento resultante da violência direta pode ser de natureza física ou psicológica, como os ferimentos corporais ou o medo e a insegurança decorrentes do fato de ser vítima de um assalto. Tais características levaram Galtung (1969) a afirmar que a violência direta é facilmente identificável, além de ser muito semelhante ao conceito de agressão física.

Violência estrutural

A violência estrutural é aquela que se estabelece sobre a estrutura social. Pode ser traduzida em diversas situações que envolvem a distribuição desigual de recursos ou serviços, aos quais as pessoas, em razão dessa desigualdade, têm acesso limitado ou dificultado. Renda, educação, alfabetização e assistência médica são exemplos de recursos e serviços cuja distribuição costuma ser deficiente ou fortemente enviesada (Galtung, 1969).

Os elementos distribuídos de forma desigual têm estreita correlação no interior da estrutura social. Por exemplo, as pessoas de baixa renda em geral também apresentam baixo nível de instrução, alimentação insuficiente e, conseqüentemente, pouca saúde (Galtung, 1969).

Sobre a correlação dos recursos, Galtung menciona como exemplo a distinção entre pobreza e miséria: a primeira significa possuir pouco (poucos recursos), enquanto a última implica possuir tão pouco a ponto de ferir e prejudicar. A miséria estaria correlacionada com a doença (ou a falta de saúde) e produziria um círculo vicioso, porque o sujeito vive em um ambiente no qual seus recursos são sempre insuficientes em termos de emprego, moradia, alimentação, conforto etc. Dessa forma, a miséria também acaba comprometendo o bem-estar social e a saúde, uma vez que o indivíduo, sendo continuamente afetado por sua condição de penúria, permanece em constante estado de doença, a qual tende a se tornar múltipla e crônica a ponto de impedi-lo definitivamente de alcançar um estado saudável (Galtung, 1994).

Os recursos disponíveis às pessoas que vivem na miséria são tão escassos que sua condição é capaz de feri-las e deixá-las doentes a vida toda. Trata-se de mais um caso de correlação entre os fatores sociais que cercam a violência estrutural, e cuja distribuição é enviesada ou desigual. Na realidade brasileira, por exemplo, educação formal e assistência médica de qualidade são recursos distribuídos de maneira desigual ou enviesada. Por essa razão, as classes mais altas optam por serviços médicos e educacionais privados, que em geral têm mais qualidade.

O problema, na violência estrutural, não está no fato de as pessoas possuírem poucos recursos, mas no poder dos ricos para inclinar o uso de recursos do mundo em seu benefício. Hoje, em tempos de abundância de alimentos, há pessoas que morrem de fome nos países subdesenvolvidos, ao passo que, nas nações ricas, indivíduos morrem de tumores malignos e doenças que refletem abundância de alimentos.

O cenário assim descrito é violento, já que a fome seria evitável por meio de uma adequação econômica mais eficaz. No entanto, o que acontece atualmente é o crescimento econômico desenfreado das nações. Por essa razão, a análise da violência estrutural contempla fatores econômicos, políticos e sociais.

Segundo Galtung, a violência estrutural age independentemente da existência de um autor específico e claramente identificável. Por isso, o autor a designa como um fenômeno invisível (Galtung, 1969, 1990, 1994). Cabe aqui observar que a denominação “invisível” é empregada por Galtung tanto para a violência “estrutural” quanto para a violência “cultural”. Em nossa leitura, contudo, ambas não deveriam ser consideradas formas “invisíveis”, mas formas “menos visíveis” de violência, razão pela qual optamos por utilizar a denominação “menos visível”⁵ para nos referirmos às violências estrutural e cultural.

A essa altura, é interessante indicar brevemente a diferença entre violência direta e violência estrutural. Em linhas gerais, pode-se dizer que a primeira é dinâmica, enquanto a última é estática. Sobre essa diferenciação, Galtung faz o seguinte paralelo:

A violência pessoal representa mudança e dinamismo, não são ondulações dentro de ondas, mas ondas dentro de águas tranquilas. A violência estrutural é silenciosa, não se mostra – é essencialmente estática, assim como águas tranquilas. (Galtung, 1969, p.173, tradução nossa)

Apesar de seu caráter silencioso, estático e consolidado, a violência estrutural não deve ser vista como mero resultado de um acidente ou como fruto de uma força maior. Na verdade, é consequência direta ou indireta da ação humana sobre estruturas que refletem a distribuição desigual de poder. Tais estruturas abrigam, por exemplo, racismo, sexismo e violência política (Hoo, 2007).

5. Com base nas considerações de Lopes (2013b) e na tentativa de obter uma leitura minuciosa da obra de Galtung, acreditamos que a denominação utilizada pelo autor poderia ser aprimorada. Nossa argumentação baseia-se no fato de que a pobreza (violência estrutural) e o preconceito (violência cultural) não são “tipos invisíveis” de violência. Tais fenômenos podem ser observados, percebidos, visualizados e combatidos. Nesse sentido, por exemplo, movimentos sociais são uma tentativa de combater e diminuir a violência estrutural presente em uma sociedade.

Violência cultural

Após vinte anos da conceituação dos dois primeiros tipos de violência, Galtung propõe, em seu artigo “Cultural Violence” (1990), um terceiro tipo: a violência cultural.

Os aspectos da cultura que tornam legítimas ou válidas as outras duas formas de violência (direta e estrutural) formam a violência cultural. Estrelas, cruzes, bandeiras, hinos e paradas militares, retrato onipresente do líder, discursos inflamados e pôsteres estão entre os inúmeros exemplos de aspectos da cultura que podem legitimar ou justificar a violência (Galtung, 1990).

Existe a necessidade de se falar sobre aspectos da cultura justifica-se diante da grande dificuldade de categorizar uma cultura como totalmente violenta. O uso da palavra “aspecto” mostra-se como um cuidado teórico do autor, a fim de diminuir, ou até mesmo evitar, a possibilidade da criação de estereótipos culturais. Elementos como educação, meios de comunicação, arte, ciência, religião e ideologia fazem parte da formação, construção ou reconstrução de valores, ideias e normas de uma sociedade. Dessa forma, são capazes de influenciar, direcionar e moldar a construção da realidade social, seja em âmbito pessoal ou coletivo.

Tais elementos também podem contribuir para a internalização e aceitação da violência cultural. Diante disso, o estudo da violência cultural demonstra de que forma o ato da violência direta e o fato da violência estrutural são legitimados e considerados aceitáveis pela sociedade (Jiménez-Bautista, 2012). A cultura pode esconder, mascarar e condicionar as pessoas a não ver determinadas situações sociais, como a repressão ou a exploração (que muitas vezes é vista, porém não combatida). Um exemplo são as condições exploratórias ainda hoje encontradas no mercado de trabalho de diversas profissões.

Em resumo, se a violência cultural faz que as formas de violência direta e estrutural pareçam certas ou, pelo menos, não sejam vistas como erradas, seu estudo ajuda a desmascará-las e desnatu-

realizá-las. Tal raciocínio será importante na reflexão proposta no Capítulo 3, sobre violência e paz no futebol brasileiro.

Com o conceito de violência cultural, Galtung completa seu quadro teórico, que culmina na elaboração do chamado “triângulo da violência”, explicado a seguir.

O triângulo da violência de Galtung

Para elucidar sua tipologia, expondo as formas de violência e os fenômenos visíveis e “menos visíveis”, Galtung (1990) recorre a um modelo gráfico em forma de triângulo. Essa representação, mostrada na Imagem 1, a seguir, é a que melhor evidencia as relações entre os tipos de violência, o que não seria possível em um modelo em camadas, por exemplo.

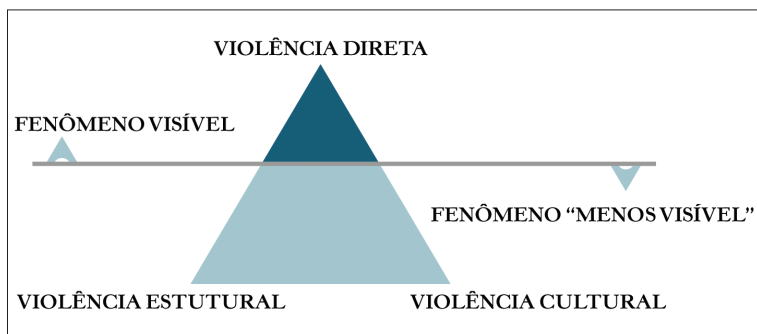


Imagem 1 – Triângulo da violência de Johan Galtung

O triângulo da violência dá sustentação ao argumento do autor de que existem ligações e fluxos causais entre os tipos de violência. Pode-se começar a leitura por qualquer ponta do triângulo, porém optou-se aqui pela violência direta, que é mais facilmente identificável.

Para ilustrar brevemente como esse modelo funciona na análise de um fenômeno, recorreu-se ao fato histórico da escravidão, especialmente no Brasil colonial. A escravidão tirou a liberdade de

muitos negros africanos, que viajaram forçadamente até a América para “trabalhar”. Além do trabalho pesado e sem qualquer remuneração, enfrentaram condições muito adversas, que acabaram levando muitos deles à morte. Essa massiva violência direta – em que a violência foi elevada ao máximo grau ao retirar a vida de alguém – infiltra-se na estrutura social e a segmenta, constituindo-se, assim, em uma manifestação de violência estrutural. Como resultado da escravidão (violência direta), os negros acabaram relegados a posições sociais inferiores, principalmente no mercado de trabalho (violência estrutural).

Por fim, a massiva violência direta pode gerar violência cultural por meio de ideias racistas (violência cultural), veiculadas em enunciados como: “negros não têm alma”, “negros são objetos” ou “negros são uma raça inferior”. Em razão da falsa ideia de que os negros eram “objetos”, o uso de violência direta contra eles se justificava e/ou legitimava (Galtung, 1990), afinal os senhores de escravos tinham o direito de fazer o que bem entendessem com seus próprios “objetos”.

Quanto aos fenômenos visíveis ou “menos visíveis”, cabe ressaltar que os efeitos desses últimos, apesar de silenciosos e sutis, não podem ser considerados menos prejudiciais do que os impactos da violência direta. Em uma guerra, podem-se contar os mortos e os prejuízos materiais; no entanto, os efeitos da violência estrutural e cultural podem ser mais devastadores e cruéis, como, por exemplo, cenários de alienação e dominação intencionais.

Potencialidades do quadro teórico de Galtung no estudo da violência no futebol

O quadro teórico de Galtung, descrito anteriormente, pode oferecer elementos para a análise da violência no futebol brasileiro. Em linhas gerais, indicamos, a seguir, cinco grandes contribuições e/ou potencialidades analíticas desse referencial teórico utilizadas na abordagem de nosso objeto de estudo:

- 1) Reconhecer a existência de violências no futebol brasileiro;
- 2) Não direcionar a violência para determinado sujeito ou grupo;
- 3) Perceber que torcedores de futebol também são vítimas de violência;
- 4) Desnaturalizar certas formas de violência no mundo futebolístico;
- 5) Relacionar o universo futebolístico com os conceitos de paz e violência.

Para uma exposição mais elucidativa, é interessante focar cada uma dessas contribuições em separado.

A primeira potencialidade analítica pressupõe a existência de violências no futebol brasileiro. Assim, o fenômeno da violência no futebol não é aqui tratado como composto apenas de conflitos físicos; considera-se, também, a existência de outros elementos que em geral ficam em segundo plano, ofuscados pela violência direta (fenômeno visível). Dessa forma, nosso intuito é trabalhar contra a hierarquização de violências.

Viu-se anteriormente que o processo de coisificação da violência – ou seja, restringi-la apenas a brigas e confrontos físicos – atende aos interesses de determinados grupos sociais. E, no contexto futebolístico nacional, esse processo de coisificação favorece os interesses dos protagonistas da violência estrutural (federações, emissoras de televisão, dirigentes, clubes, polícia etc.). São eles os responsáveis por condições prejudiciais ao futebol e a seus espectadores: corrupção, má gestão e organização do futebol, precariedade de infraestrutura física e serviços dos estádios, horário impróprio das partidas, abuso de poder, alto valor do ingresso, recurso ao “tapetão” e tantos outros fatores. Não se deve combater somente a violência direta (brigas) e conformar-se com as violências estruturais (corrupção, manipulação de resultados, abuso de poder etc.) e culturais (discursos machistas e homofóbicos etc.). Neste estudo, o que buscamos ao trabalhar a partir do viés galtuniano é explicitar a possibilidade de criação de um cenário de paz

positiva no futebol brasileiro. Isso significa a diminuição de todos os tipos de violência – direta, estrutural e cultural.

A segunda potencialidade desse referencial recai sobre o não direcionamento da violência a determinado sujeito ou grupo. Galtung (1990) não atribui a violência a grupos nem a sujeitos, tampouco explica a sua ocorrência como resultado de fatores socioeconômicos apenas. Relacionar a violência às condições socioeconômicas de seus protagonistas é um dos maiores equívocos quando se pensa na violência no futebol.

Existem discursos que, ao associar o fenômeno (sobretudo a violência direta) à classe social (classes mais baixas, em termos socioeconômicos), defendem que o aumento do preço dos ingressos poderia não apenas resolver o problema da violência, mas também afastar “os bandidos travestidos de torcedores”. Míopes em relação à questão, tais discursos, além de desconsiderar diversos fatores, refletem uma visão reducionista do fenômeno da violência.

Em primeiro lugar, esses discursos são altamente preconceituosos, além de restringir a violência às classes sociais mais baixas. Exemplo disso é o grito proferido pela torcida corintiana, “Oooôô, bicha!”⁶, que teve início nas cadeiras numeradas, setor que costuma abrigar pessoas de alto nível socioeconômico. Outro exemplo são os constantes desentendimentos, e até mesmo agressões, nas cadeiras cativas do Estádio do Morumbi, principalmente em jogos com grande público.⁷ Em segundo lugar, tais discursos não levam em conta (ou ocultam intencionalmente) que a violência também envolve a participação de pessoas das classes sociais mais altas. Subestimam o fato de que a violência compõe todo o tecido social (Pimenta, 1997); basta ver os dois exemplos citados, nos quais os

6. Inicialmente destinado ao goleiro do São Paulo Futebol Clube, Rogério Ceni, esse grito passou a ser dirigido a outros jogadores de outras equipes, e proferido por outras torcidas (Lance, 2014). Na presente análise, ele é encarado como manifestação de intolerância e preconceito de cunho sexual.

7. Alguns torcedores desejam assistir à partida em pé, ao passo que outros tentam impedi-los, o que acaba gerando um impasse, sobretudo nos minutos iniciais da partida.

episódios violentos ocorreram em setores do estádio frequentados por um público de alto poder socioeconômico e considerado “pacífico”.

Logo, tais discursos míopes atribuem a violência única e exclusivamente a um setor do estádio e a determinado ator do futebol: a arquibancada e o torcedor organizado. Dessa maneira, a elevação abusiva do preço dos ingressos, como defendida nesses discursos, não tem outra serventia além da exclusão de muitos torcedores dos estádios. Do mesmo modo, os dois episódios anteriores reforçam a ideia de que a violência não está necessariamente ligada a fatores socioeconômicos.

A terceira potencialidade do referencial teórico de Galtung permite evidenciar os torcedores (especialmente os organizados) como vítimas de violência, e não apenas como protagonistas. A manipulação de resultados, a péssima infraestrutura dos estádios, o horário impróprio das partidas, o aumento excessivo do preço dos ingressos, o abuso de poder policial, o processo de elitização do futebol, além de interesses econômicos de dirigentes potencialmente prejudiciais a um clube, são situações nas quais os torcedores podem ser vítimas de violência.

Demonstrar que os torcedores também são vítimas desmascara o pressuposto de que são naturalmente violentos e os únicos protagonistas da violência no futebol. Tal raciocínio é importante, sobretudo na discussão acerca das torcidas organizadas, muito embora os casos de violência contra o torcedor sejam pouco debatidos e problematizados. Na maioria das vezes, as formas de violência contra o torcedor não se constituem em fenômenos explícitos, evidentes, observáveis, uma vez que se encontram na estrutura do futebol. Trata-se, portanto, de formas estruturais, sutis, de violência: permanecem escondidas ou são até mesmo naturalizadas (Lopes, 2012), já perpetradas por atores ou instituições que detêm o poder e o controle da estrutura do futebol brasileiro.

Desnaturalizar formas graves de violência é outra potencialidade do referencial galtungiano. Segundo outras perspectivas mais restritas de violência, essas formas podem ser consideradas “natu-

rais”. De acordo com essas visões, por exemplo, o abuso policial cometido contra um torcedor (comum ou organizado) dentro do estádio poderia ser minimizado, justificado ou até mesmo legitimado. Outro exemplo seria enxergar as manifestações racistas nos estádios como algo “do futebol” e, portanto, perfeitamente “naturais” nesse ambiente.

Por fim, o referencial galtuniano possibilita a análise de práticas e representações de diversos atores do cenário futebolístico, de modo a aproximá-las, quer do conceito de paz, quer do conceito de violência. Essa potencialidade analítica permite rechaçar, por exemplo, a culpabilização única e exclusiva das torcidas organizadas como produtoras de violência no futebol brasileiro, já que algumas de suas práticas as aproximam do conceito de paz (como será visto no Capítulo 3). Por outro lado, pode-se considerar que outros atores do universo futebolístico – jornalistas, torcedores comuns, policiais, dirigentes –, comumente não culpabilizados como geradores de violência, têm práticas e representações violentas (Garriga Zucal, 2013).